

ALMG discute projeto que altera regras para adoção

Outro destaque da semana é o debate abordando o relatório do TCE sobre servidores que acumulam cargos

Na semana em que se comemora o Dia Nacional da Adoção, em 25 de maio, a Assembleia de Minas propõe um debate sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 394/17, que cria o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente. A reunião da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social será na quinta-feira (24).

Comissão das Mulheres visita instituições que acolhem bebês de usuárias de drogas

Já a Comissão de Administração Pública aborda, na terça (22), o relatório divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) com mais de 100 mil servidores públicos que estariam acumulando cargos de forma irregular. A lista contém servidores do Executivo

estadual e de prefeituras que estariam trabalhando em diversos órgãos públicos.

Confira a programação da semana:

SEGUNDA-FEIRA (21) – Às 10h30, no Auditório José Alencar Gomes da Silva, as Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Segurança Pública vão ouvir denúncias contra integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que estão em ocupações no interior.

Às 14 horas, no Plenarinho IV, a Comissão de Segurança Pública realiza nova audiência para ouvir oficiais do Corpo de Bombeiros sobre a instauração de inquérito policial militar contra o sargento Alexandre Rodrigues. É a quarta vez que a audiência é agendada diante do não-comparecimento dos oficiais.

Às 19h30, o projeto *Comida di Buteco* será homenageado na ALMG, em reunião especial no plenário.

TERÇA-FEIRA (22) – No Plenarinho IV, às 10 horas, a Comissão de Segurança Pública debate a situação do setor em Presidente Bernardes (Mata). Os parlamentares pretendem discutir a falta de efetivo policial e os altos ín-

Fachada da sede do Tribunal de Contas do Estado, que elaborou levantamento sobre funcionários públicos



MARCELO METZKER

dices de violência e de roubos.

A Comissão de Administração Pública realiza, às 14 horas, no Auditório José Alencar Gomes da Silva, audiência para debater levantamento do TCE-MG que apontou o acúmulo de cargos por mais de 100 mil servidores públicos, com indícios de ilegalidade.

Entregue ao governador Fernando Pimentel em maio, o documento gerou atraso no pagamento de servidores estaduais. Mas, em poucos dias, o Governo anunciou que 99% da lista estaria errada.

No auditório, às 14h30, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia discute a expansão de cursos de graduação na área da

saúde, na modalidade de ensino a distância. Foram convidados representantes dos conselhos regionais de Medicina, Farmácia e Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

QUARTA-FEIRA (23) – Às 16 horas, a Comissão Extraordinária das Mulheres realiza visitas à Casa de Bebês e à Casa Esperança, em Belo Horizonte. O objetivo é verificar os procedimentos das instituições que acolhem bebês de usuárias de drogas, considerando a revogação da Portaria 3/16, do Judiciário mineiro. Essa norma levou à internação compulsória dessas crianças, muitas vezes dificultando o contato entre elas e suas mães.

Assembleia poderá ter posto do Tribunal de Justiça

QUINTA-FEIRA (24) – Às 10 horas, no Plenarinho IV, a Comissão Segurança Pública se reúne para discutir os procedimentos adotados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Uberlândia (Triângulo). Os parlamentares querem debater reclamações sobre desrespeito a prerrogativas de advogados e quebra de sigilo em operações realizadas pelo Gaeco.

A Comissão do Trabalho realiza, às 14 horas, no auditório, audiência para debater o PLS 394/17, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que trata do Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, além dos seus impactos e possíveis problemas.

O autor argumenta que o sistema de adoção é cruel com crianças e adolescentes, que sofrem com uma “espera interminável”. Ele defende que a criança deve ficar



Situação dos pescadores será assunto de audiência da Comissão de Direitos Humanos

com quem mantém vínculos de afinidade e afetividade, o que pode não incluir todos os parentes. Mas muitas entidades

envolvidas avaliam que, com os novos mecanismos, a vivência com a família natural será fragilizada.

Às 16 horas, no Plenarinho I, a possibilidade de instalação de um posto de atendimento pré-processual do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em parceria com a ALMG será tema de audiência da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Às 20 horas, no plenário, a Assembleia celebra os 70 anos do Estado de Israel.

SEXTA-FEIRA (25) – Às 14 horas, no Auditório José Alencar Gomes da Silva, a Comissão de Direitos Humanos se reúne para debater a dignidade dos pescadores profissionais no que se refere à sua regularização, documentação e os problemas enfrentados no exercício da atividade.

Às 19 horas, reunião especial no plenário para homenagear a Igreja Cristã Maranata.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
GERALDO AUGUSTO DE ALMEIDA

Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA
Subsecretário de Imprensa Oficial
TANCREDO ANTÔNIO NAVES